

Clipping CARF

Matérias de jornais, revistas, sites e blogs que mencionam o CARF

04/11/2015

O Estado de S.Paulo

Aliados tentam evitar convocação de Luís Cláudio

O Estado de S. Paulo - 04/11/2015

Senadores governistas articulam para impedir depoimentos de filho de Lula e ex-ministros na CPI do Carf

Governistas se articulam para impedir a convocação dos ex-ministros Gilberto Carvalho e Erenice Guerra, além de Luís Cláudio, filho do ex-presidente Lula para deporem na CPI do Carf. O presidente da comissão, senador Ataídes de Oliveira (PSDB-TO), disse que vai colocar os requerimentos para votação na reunião de amanhã, mas deve ser derrotado. Senadores o acusam de tentar criar fato político.

O objetivo é evitar que o envolvimento de ex-ministros cause novo mal estar para a presidente Dilma Rousseff e seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva. A estratégia dos governistas é obstruir sessões e apontar ausência de relação entre as denúncias e o alvo das investigações da CPI, que são fraudes no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Os esforços do governo, entretanto, talvez não precisem ser dos mais agudos. Quase metade da CPI é composta por membros da base aliada, além da relatora, Vanessa Grazziotin (PC do B-AM), que já adiantou que não vai votar favoravelmente aos requerimentos. "A minha análise continua a mesma. Os requerimentos fogem completamente ao objetivo central da CPI", afirmou.

O líder do PT, Humberto Costa (PE), seguiu o discurso da relatora. "Ele (Ataídes) tem duas alternativas. Ou colhe assinaturas para abrir uma nova CPI de medidas provisórias, ou garante um aditivo para investigar esses temas que ele quer", justificou. Acir Gurguez (PDT-RO), vice-líder do governo, afirmou ainda não ter opinião formada sobre o assunto, mas o senador, que não é assíduo na CPI, confirmou presença para a votação desta semana e deve incorporar os interesses do governo.

Acusação. Senadores acusam o presidente da CPI de não querer, de fato, aprovar as convocações, mas apenas atingir o governo. "Ao anunciar" que faria os requerimentos, Ataídes assumiu compromisso de dialogar com demais senadores para tentar aprová-los. Até a tarde de ontem, no entanto, ele disse

ainda não ter conversado com ninguém.

Em outubro, outros requerimentos de convocação de Erenice, Carvalho e Luís Cláudio já haviam sido rejeitados. Na ocasião, a maioria dos parlamentares argumentou que a possível compra de medidas provisórias não estava ligada ao objetivo central da CPI.

A nova fase da Operação Zelo-tes, realizada pela Polícia Federal na semana passada, não parece ter convencido os senadores. Semana passada, a força-tarefa fez buscas e apreensões na LFT Marketing Esportivo, empresa de Luís Cláudio, e apontou suposta ligação dos ex-ministros em um esquema de compra de MPs para favorecer o setor automotivo.

Editorial - Já não era sem tempo

O Estado de S. Paulo - 04/11/2015

O trabalho investigativo da imprensa, a respeito de suspeitas e denúncias de ações criminosas nos altos escalões da administração federal, indica que se aproxima do ex-presidente Lula e de sua prole a apuração promovida pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. O mensalão e o petrolão - aos quais se somam episódios delituosos paralelos e correlatos - já levaram a julgamento e à prisão altos dirigentes do PT e de poderosas empreiteiras, escancarando o caráter criminoso no trato da coisa pública que tem caracterizado o modo petista de governar. Mas até recentemente o grande líder do PT, que permaneceu oito anos na Presidência da República blindado por elevados índices de popularidade, lograva manter-se acima de qualquer suspeita, frequentemente ao custo de abandonar à própria sorte companheiros comprovadamente envolvidos com a delinquência. Mas, como é impossível enganar a todos por todo o tempo, a máscara de Luiz Inácio Lula da Silva começa a cair, o que se reflete fortemente na sua popularidade: 54% dos brasileiros garantem que "de jeito nenhum" votariam nele para presidente em 2018.

Para quem consegue manter em relação a Lula um mínimo de distanciamento crítico, as suspeitas e as acusações de que ele é alvo não são novidade e não causam surpresa. Lula é um líder pragmático que sempre soube compensar a falta de estudo formal com enorme habilidade política. A rigor, Lula não pode nem ser considerado um genuíno líder ideológico de esquerda, porque só veio a adotar discurso "esquerdista" quando a esquerda aderiu a ele - e não o contrário - na esperança vã de manipulá-lo. Teve, de qualquer modo, condições para se transformar de líder estritamente sindical em chefe político-partidário - o maior líder populista da história recente da República.

É da natureza do lulopetismo pautar-se pelo princípio de que os fins justificam os

meios, e foi assim que Lula sempre agiu, até mesmo quando era contra "tudo isso que está aí". Já na Presidência da República, passou a admitir quaisquer meios para consolidar seu projeto de poder. A maior evidência disso é o fato de ter, desde logo, aliciado o apoio do que há de pior na política brasileira, das lideranças que sempre combatera e com as quais passou a praticar o mais despudorado toma lá dá cá. Não deixa de ter razão quem afirma que essas práticas sempre fizeram parte do jogo político. Mas salta aos olhos que Lula exagerou na dose e, movido por sua obsessão pelo poder, institucionalizou-as. O resultado é o que se vê: um panorama político em que impera o salve-se quem puder e levou a um descrédito sem precedentes não apenas Lula, Dilma e companhia, mas todas as lideranças políticas, inclusive as de oposição.

Considerando o histórico de enorme flexibilidade de Lula, quando se trata de princípios morais e éticos, é perfeitamente natural que, mais tarde do que cedo, venham à luz indícios que ajudam a compreender como ele logrou conquistar, para si e todo seu clã, aquilo que prometeu para todos os brasileiros: prosperidade financeira.

E bota indício nisso. Os procuradores e os policiais federais - que deixam Lula indignado porque Dilma e José Eduardo Cardozo não conseguem "controlá-los" - estão atuando em várias frentes. No DF correm dois procedimentos investigatórios criminais (PICs) que investigam a relação de Lula, na Presidência da República e fora dela, com a maior empreiteira do País, a Odebrecht; a Operação Zelotes, que investiga irregularidades no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf), esbarrou na suspeita de que Luis Claudio, filho de Lula, foi contemplado com propina proveniente de recursos de origem criminosa; na Lava Jato, investiga-se a influência do primeiro-amigo de Lula, o pecuarista Bumlai, para beneficiar a empresa Schahim com contrato milionário, sem licitação, para a exploração de navio-sonda da Petrobrás; ainda na Lava Jato, investigam-se pagamentos suspeitos feitos por grandes empreiteiras à firma de Lula, a LILS, e ao Instituto Lula; a revista Época revelou ter o Carf identificado R\$ 300 milhões em "movimentações atípicas" nas contas de Lula e outros políticos petistas. São Tomé desconfiaria de tanta prosperidade.

O Globo

A juíza que deu novo fôlego à Operação Zelotes

O Globo - 04/11/2015

Magistrada que autorizou busca e apreensão nas empresas de filho de Lula deu novo ritmo à investigação e não se intimida em suas decisões. Entre elas, a proibição de que procuradores usassem classe executiva em viagens internacionais

BRASÍLIA- A juíza substituta da 10ª Vara Federal, Célia Regina Ody Bernardes, de 41 anos, que autorizou a Polícia Federal a fazer busca e apreensão de documentos na sede das empresas de um dos filhos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e mudou o curso da Operação Zelotes, está há apenas quatro anos na magistratura, mas já tem no currículo uma série de decisões consideradas arrojadas. Na curta carreira, ela contrariou interesses de grandes empresas em conflitos contra índios e sem-terra e, mais recentemente, proibiu procuradores da República de usar dinheiro público para comprar passagens de classe executiva em viagens internacionais.

SEGUINDO "PADRÃO SÉRGIO MORO" Mestre em Filosofia, Célia Regina começou a atuar como juíza em Cuiabá em 2011. Em 2013, foi transferida para Brasília, onde passou a officiar na 21ª Vara Federal. Em setembro, ela foi chamada para reforçar a 10ª Vara Federal, assumiu as rédeas da Zelotes e, desde então, mudou o curso da segunda maior investigação criminal do país num momento em que seu andamento parecia condenado ao fracasso. Numa linha de atuação diferente do juiz anterior, Célia Regina determinou as primeiras prisões de advogados e lobistas acusados de manipular decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) e comprar benesses em medidas provisórias para montadoras de carros.

No mesmo despacho, a juíza atendeu a um pedido de dois procuradores da República e autorizou busca e apreensão na sede da LFT Marketing Esportivo e de mais duas outras empresas de Luis Claudio Lula da Silva, um filhos de Lula. A medida causou forte reação nos meios políticos. Ativistas políticos passaram a associar a decisão da juiz a um de seus irmãos, Napoleão Bernardes, prefeito pelo PSDB de Blumenau. Mas o rótulo de conservadora dificilmente colará na juíza. Célia Regina é ligada à associação Juízes para a Democracia, movimento de juízes mais afinados com ideias humanistas.

Simples e direta no trato pessoal, Célia Regina não se deixou envolver pela repentina fama adquirida a partir da busca e apreensão no escritório das empresas de um dos filhos do ex-presidente Lula. Na semana passada, O GLOBO perguntou o que, com base na experiência dela, seria necessário para tornar eficaz o combate à corrupção no país. Ela preferiu não dar receita: "pelo curto período de tempo em que atuo em vara criminal, não tenho a experiência de outros processos".

A chegada de Célia Regina à 10ª Vara Federal foi festejada por alguns procuradores e delegados. Há algum tempo alguns deles vinham pedindo "padrão Sérgio Moro" de decisão judicial em Brasília, numa referência ao juiz que está à frente da Lava-Jato em Curitiba. Mas, mesmo com as boas-vindas dos investigadores, não é certo que a juíza permanecerá no caso até o final das investigações. Na segunda-feira, o juiz titular da 10ª Vara, Vallisney de Souza Oliveira, retorna ao cargo depois de passar um ano como juiz auxiliar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Ela deve, então, assumir a vaga do primeiro juiz substituto Ricardo Leite, que entrará em férias.

Quando Leite voltar ao trabalho, haverá um novo arranjo, e, a partir daí, não se sabe se a juíza continuará ou não à frente da Zelotes, disse ao GLOBO um dos auxiliares da magistrada. "Enquanto permanecer inalterado o ato do presidente do TRF1 que me

designou, eu sou a única juíza com atribuição para os procedimentos judicializados da Operação Zelotes. Digo procedimentos, e não processos, pois ainda não foi oferecida nenhuma denúncia por parte do MPF", explicou Célia Regina em nota semana passada.

Célia Regina se graduou em Direito e fez mestrado em Filosofia na Universidade Federal de Pernambuco com uma tese sobre preconceito racial. A tese originou o livro "Racismo de Estado: uma reflexão a partir da crítica da razão governamental de Michel Foucault" (Juruá Editora, 2013). Após ingressar na magistratura, Célia rejeitou pedido de reintegração de posse de um consórcio de empresas contra os índios Enawenê-Nawe na bacia do Alto Juruena. Também suspendeu o licenciamento da usina hidrelétrica de Teles Pires, obra do PAC, até consulta prévia aos indígenas que seriam atingidos pela obra.

Hoje em Dia – On Line - MG

Investigação de esquema de corrupção bilionário identifica braço em Minas

THIAGO RICCI

A Operação Zelotes, responsável por investigar esquema de corrupção cujo rombo aos cofres públicos pode ultrapassar nove vezes o causado pelos desmandos da "Lava Jato" - estimativa de R\$ 2,1 bilhões - possui ramificações em Minas Gerais. Mais do que isso, está sediada no Estado a empresa cujo suposto envolvimento nos atos criminosos pode ter resultado em um dos mais vultosos danos ao erário: R\$ 4 bilhões.

Um dos inqueritos da Zelotes protegidos por segredo de Justiça, ao qual o Hoje em Dia teve acesso, indica que a Gerdau Açominas recebeu o perdão de sanção bilionária a partir do pagamento de propina. "Foram prometidos R\$ 50 milhões em propina para a resolução da questão do ágio da Gerdau e que esse valor seria a 'aposentadoria tranquila' de alguns", afirma o delegado de Polícia Federal Marlon Oliveira dos Santos.

Quando cita a "aposentadoria de alguns", o investigador se refere a conselheiros corrompidos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão ligado ao Ministério da Fazenda responsável por julgar processos administrativos fiscais referentes a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal. As investigações revelam que parte dos integrantes do conselho se organizou em ao menos três núcleos para fazer um "lucrativo balcão de negócios", como define Santos.

No caso da Gerdau, o grupo responsável pelas articulações era chefiado por José Ricardo da Silva, que também possui laços com Minas. Personagem-chave da Zelotes, ele morava no Estado quando tinha aproximadamente 40 anos. Sua principal tarefa era cuidar de fazendas da família.

Em um breve período, o advogado, hoje com 52 anos, teve uma ascensão meteórica e logo foi alçado ao conselho do Carf. A alavanca teria sido o próprio pai, Eivany Antonio da Silva, auditor fiscal da Receita Federal por 29 anos.

Até o início do ano passado, José Ricardo da Silva era o relator do processo da Gerdau. No entanto, as articulações realizadas pelo conselheiro para beneficiar a siderúrgica forçaram a própria saída prematura dele, já que o mandato vencia apenas em 2016. "Paulo Roberto Cortez (também conselheiro) menciona sobre o

processo do ágio interno da Gerda, dizendo que todo mundo sabia que havia 'maracutaia do José Ricardo e que ele saiu sem punição, mas que o esquema continua'", afirma o delegado, se referindo a uma interceptação telefônica.

Segundo a investigação, mesmo após a saída, Silva continuou influente no Carf e a sanção bilionária da Gerda foi perdoada.

Conselheiros corruptos se organizam em núcleos, aponta PF

As investigações da Polícia Federal revelam também a suposta organização dos conselheiros corrompidos no Carf. O esquema girava em volta de três grupos, que contavam com o auxílio de outras empresas para captar clientes - leia-se empresas com autuações - especialmente em São Paulo e Brasília.

Um dos núcleos era encabeçado justamente por José Ricardo da Silva, e contava com duas conselheiras, a irmã e uma ex-estagiária e sócia de Silva. Paulo Roberto Cortez, também conselheiro, chegou a participar, mas rompeu com o grupo. Interceptações telefônicas revelam que Cortez queria denunciar o que chamava de falcaturas.

O outro núcleo tinha intenso trânsito por instituições bancárias. O principal articulador, sempre conforme o relatório da PF era o conselheiro Jorge Victor Rodrigues, proprietário da SBS, "empresa para dissimular atividades criminosas".

O grupo teria negociado perdões de sanções bilionárias do Santander (R\$ 5 bilhões), JS/Safra (R\$ 1,8 bilhão) e Bradesco (R\$ 3 bilhões). "(Um dos processos) tratou da utilização do ágio interno pelo banco Santander na compra do banco Banespa, tendo sido derrubado um auto de infração de cerca de R\$ 4 bilhões em desfavor do Santander", diz o delegado Marlon dos Santos.

As propinas, como de costume, foram milionárias. Um dos conselheiros chegou a pedir 4% do valor total em caso de êxito (perdão da dívida), o que resultaria em R\$ 160 milhões.

O Santander disse ter pedido acesso aos autos à Justiça, que respondeu que o grupo não está sendo investigado. Já o Bradesco afirmou desconhecer qualquer inquérito e negou participação. JS/Safra não respondeu aos questionamentos.

Por fim, o terceiro núcleo era chefiado por Edison Pereira Rodrigues, auditor fiscal aposentado, que emplacou a filha no Carf. O grupo negociou, segundo a PF, pedido de vista por R\$ 20 mil - manobra não concretizada porque o cliente desistiu.

"Há ilegalidade nas interceptações telefônicas. A investigação é ilegal", diz o advogado Eduardo Toledo, representante de Jorge Victor e Edison. "No caso de Jorge Victor, houve até deturpação do que ele falou".

A defesa de José Ricardo Silva não se manifestou.

Grupos transportavam propina em malotes de dinheiro

Uma característica dos núcleos criminosos do Carf era transportar o dinheiro em espécie em malas. Frequentemente a propina era recebida em outros estados, como Minas Gerais, e distribuída entre conselheiros em Brasília.

A Polícia Federal identificou um suposto "faz-tudo" do núcleo de José Ricardo da Silva, Hugo Borges. Entre as tarefas, ele pegava o dinheiro em espécie das empresas e entregava aos conselheiros. Os policiais quebraram o sigilo bancário da principal empresa do grupo, considerada fantasma pela PF, a SGR Consultoria.

"De lá, observa-se que o Hugo foi responsável por 21 saques em espécie que juntos resultaram em R\$ 3,6 milhões", diz trecho do inquérito. A PF identificou 909 transações bancárias realizadas na conta da SGR, que movimentaram R\$ 115 milhões em sete anos.

Ainda sobre o uso de malotes, a PF revelou um caso, no mínimo, curioso. Para perdoar o ágio de R\$ 4 bilhões contra o Santander, o relator do processo, Antonio José Praga, teria se corrompido. "Posteriormente, foi chamado a São Paulo para dar uma palestra. Na ida, teria aceitado ir de avião, mas negou o retorno, mesmo de graça, segundo eles porque uma 'mala de dinheiro' chamaria a atenção no aeroporto. Ele teria voltado de ônibus para Brasília", afirma a PF. Os advogados de Praga não foram localizados.